Ordem e progressos na fiscalização

Tolerância zero do TRE-RJ contra boca de urna usa poder de intimidação do Estado para avançar na segurança da eleição

Ainda perplexo, um cabisbaixo militante preso na cidade do Rio de Janeiro mal conteve o desabafo. “Achava que nada iria acontecer, como em todos os anos”, disse. Ele acabara de aceitar a transação penal que transformou sua punição em distribuição de cestas básicas. Acostumados à forma flácida com que a boca de urna é usualmente reprimida no Brasil, esse militante e outras 757 pessoas, inclusive seis vereadores, saíram às ruas no dia 7 de outubro de 2012 para coagir, flertar ou mesmo corromper eleitores. Não esperavam que a promessa de que o Rio de Janeiro adotaria uma política de tolerância zero com os crimes eleitorais fosse além da retórica.





Acima, o presidente do TRE-RJ, des. Luiz Zveiter, anuncia o balanço do combate à boca de urna. À dir. a sala do Centro de Comando e Controle, que o presidente do TRE-RJ chamou de “ cérebro das eleições”

“Todo o Estado está monitorado. Os maus políticos que apostarem nas irregularidades vão ter uma triste surpresa”, fora o alerta feito às vésperas da votação do primeiro turno pelo presidente do TRE-RJ, desembargador Luiz Zveiter. Preocupado com os abusos e o gasto escandaloso que envolve o crime de boca de urna, o presidente reiterou o rigor no segundo turno, realizado no dia 28, em sete municípios do interior: Belford Roxo, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, São Gonçalo e Valença. Outros 158 desavisados acabaram detidos.

Mais do que uma lição de moral naqueles que se habituaram a desdenhar da legislação, o rigor no combate aos crimes eleitorais pode ter turbinado um processo de retomada da confiança na autoridade policial e na ordem pública, iniciado com a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), em 2009. É o que pensa o presidente do TRE-RJ, desembargador Luiz Zveiter. “O recado que demos nesta eleição é o de que inexiste lugar onde a Justiça Eleitoral não possa entrar ou agir”, diz, ecoando o anseio histórico da população fluminense, de que o Estado se faça universalmente presente.

Quando anunciou a política de tolerância zero, o desembargador Zveiter já mobilizara um aparato de segurança significativo. Somente o efetivo de policiais militares reuniu 30.400 homens. Policiais civis foram 7.731. Dois mil bombeiros auxiliaram a PM na vigilância dos locais de votação, enquanto outros 4 mil permaneceram de prontidão nos quartéis da corporação. O Exército destacou 5.214 homens, que atuaram nas comunidades da Zona Oeste do Rio e nos municípios de Itaboraí, Magé, Campos dos Goytacazes, Macaé e Rio das Ostras. A Marinha manteve 2 mil fuzileiros no Complexo da Maré e em Cabo Frio e São Gonçalo. Coube à Polícia Rodoviária Federal o combate ao transporte ilegal de eleitores.





Acima, o presidente do TRE-RJ, des. Luiz Zveiter, dirige-se aos delegados da polícia Civil. Ao lado dele, a chefe de Polícia Civil, delegada Marta Rocha e a vice-presidente do TRE-RJ, des. Letícia Sardas. À esq., a reunião do TRE-RJ com oficiais da Polícia Militar

Para planejar a segurança e coordenar todo esse aparato, o TRE-RJ estruturou um centro de inteligência, batizado de Centro de Comando e Controle das Eleições 2012. Articulado ao Disque-Denúncia Eleitoral, ao Disque-Denúncia da Polícia Civil e ao telefone 190 da Polícia Militar, o Centro de Controle e Comando filtrava as informações e separava os delitos segundo o potencial ofensivo. Crimes eleitorais mais graves, como a compra de votos, receberam prioridade. Integraram o Centro de Comando e Controle representantes da Marinha, do Exército, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e das polícias Federal, Civil, Militar e Rodoviária Federal.

A sofisticada engrenagem de segurança que funcionou nas Eleições 2012 começou a ser gestada no ano anterior, quando o Tribunal inovou ao constituir a Comissão Permanente da Fiscalização da Propaganda Eleitoral, a primeira do tipo no país. Associado a isso, houve o lançamento do projeto social TRE Cidadão, na comunidade do Batan, no bairro de Realengo, Zona Oeste do Rio, que incluía a prestação de serviços e o cadastramento biométrico nos ônibus da Justiça Eleitoral Itinerante. O projeto assistiu eleitores das comunidades onde foram instaladas as UPPs, uma experiência que veio consolidar a convicção de que a ação estatal deveria ser ostensiva, marcando a presença da ordem.

O Disque-Denúncia eleitoral obteve apoio da população e tornou-se um instrumento fundamental para o sucesso da fiscalização



Em maio de 2012, o Tribunal disponibilizou telefones para que os eleitores de todo o Estado denunciassem as irregularidades na campanha. O Disque-Denúncia Eleitoral recebia inclusive ligações a cobrar. As denúncias poderiam ser feitas ainda pela internet, no sítio do Tribunal (www.tre-rj.jus.br). Junto com o serviço, o presidente do TRE-RJ lançaria também um apelo. “O cidadão tem que participar da fiscalização”, diria o desembargador Zveiter. A resposta foi positiva. Somente durante a votação do primeiro turno, no dia 7, o Centro de Controle e Comando das Eleições processou 1.358 denúncias.

Nos sete municípios em que houve segundo turno, no dia 28, foram 627 denúncias, que devem

ser somadas às 23.445 computadas entre maio e final de outubro. Essas denúncias acionaram os fiscais que atuaram em operações em todo o Estado, inclusive em locais ainda sob o domínio de grupos paramilitares. Nos momentos de pico, o serviço do Disque Denúncia Eleitoral chegou a receber 400 denúncias por dia. “O comportamento do povo fluminense mostrou que ele conhece bem o seu papel e respeita o valor do voto”, elogiou o presidente do TRE-RJ.

Na capital, o responsável pela fiscalização da propaganda eleitoral foi o juiz da 23ª Zona Eleitoral, Luiz Fernando Pinto. Quando presidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no biênio 2009-2010, o desembargador Luiz Zveiter designara o juiz Luiz Fernando Pinto para compor sua equipe de trabalho. Coube ao juiz tratar de precatórios, um tema espinhoso, que ele soube administrar com desenvoltura. Nascia ali uma relação de confiança que levou o desembargador Zveiter a nomeá-lo para coordenar a fiscalização permanente da propaganda na Capital, em 2011.

“O doutor Luiz Fernando é um juiz com perfil atuante. Isso é fundamental, pois a fiscalização é o coração da eleição”, elogia Alexandre de Azevedo Soares, chefe da 23ª ZE e braço direito do coordenador da fiscalização da propaganda eleitoral na Capital. Para enfrentar as agruras de uma campanha eleitoral competitiva como a da Capital, o juiz contou com uma equipe de 63 fiscais para fazer a ronda da cidade, entre policiais militares, bombeiros e agentes penitenciários.

Desde 2012, quando foi nomeado para a fiscalização permanente da propaganda, o juiz Luiz Fernando Pinto buscou abrir diálogo com os partidos políticos. “Entendo que a prevenção deva estar em primeiro lugar, a fiscalização deve ter um caráter pedagógico”, explica o juiz. “Mas depois, se o desrespeito à legislação permanecer, a repressão deve ser rigorosa”, ressalva. Conciliador, mas firme, o juiz entende que, por princípio, a população deve ser esclarecida sobre o trabalho do TRE-RJ, como demonstrou no episódio do fechamento de um centro social em São Gonçalo.



O Juiz Luiz Fernando Pinto coordenou a fiscalização permanente na capital

Mantido por um político da região, o centro social prestava também serviços de saúde. Diante da ação dos fiscais, que lacravam o lugar, os beneficiários do assistencialismo do político foram procurar o juiz. “No posto de saúde, não há sequer médico ou remédio”, queixaram-se. Pacientemente, o juiz Luiz Fernando Pinto ouviu as reclamações. “Isso acontece porque o remédio e o médico são desviados para centros sociais como esse”, explicou o magistrado. “Aqui, vocês são chantageados por um político que privatiza o serviço público. No posto de saúde, você é cidadão. É lá que vocês têm que reclamar e lutar para serem atendidos com dignidade”, ensinou.

A presença das Forças Armadas no Rio

No tabuleiro da segurança arquitetado pelo presidente do TRE-RJ, desembargador Luiz Zveiter, a presença ostensiva das Forças Armadas representava uma peça fundamental, pelo poder dissuasório sobre os criminosos. Já em 2008, o Tribunal havia montado a Operação Guanabara, quando os militares foram mobilizados para desencorajar a coação de eleitores e candidatos por grupos paramilitares em comunidades cariocas. Neste ano, o papel reservado ao Exército e à Marinha foi ampliado. A convite do desembargador Zveiter, o almirante Paulo Zuccaro, da Marinha e o general Geraldo Mioto, chefe de Divisão do Exército, compuseram o núcleo de tomada de decisões do Centro de Comando e Controle das Eleições.

Na tarde de 1º de outubro, primeiro dia de atuação das tropas federais, o presidente do TRE-RJ acompanhou a chegada das tropas da Marinha à Favela do Fogo Cruzado, no Complexo da Maré, Zona Norte do Rio. No mesmo dia, pela manhã, o desembargador Zveiter já havia participado da liberação das tropas do Exército, que seguiram para as comunidades do Muquiço e Gardênia Azul, na Zona Oeste. No total, integraram essas operações mais de 3 mil militares e cerca de 100 fiscais do TRE-RJ. Em cada localidade, foram necessários pelo menos dois caminhões para retirar as placas, faixas e galhardetes afixados em desacordo com a legislação eleitoral.



O almirante Paulo Zuccaro, coronel Erir Ribeiro Costa Filho, a delegada Marta Rocha, o general José Alberto da Costa Abreu, o delegado Valmir Lemos e o inspetor Antônio Vital de Moraes Junior recebem a medalha do mérito eleitoral

“O Rio de Janeiro viveu um momento ímpar com o trabalho conjunto e solidário das tropas federais com as polícias Militar, Civil, Federal e Rodoviária Federal”, orgulha-se o desembargador Zveiter. Ele liderou a cúpula do centro de inteligência, composta também pelo comandante-geral da Polícia Militar, coronel Erir Ribeiro Costa Filho, a chefe de Polícia Civil, delegada Marta Rocha, o almirante Paulo Zuccaro, o general Francisco Carlos Modesto, o general Geraldo Mioto, o general José Alberto da Costa Abreu, o superintendente da Polícia Rodoviária Federal, inspetor Antônio Vital de Moraes Junior, e o superintendente regional da Polícia Federal, delegado Valmir Lemos.

Em reconhecimento ao espírito público demonstrado nas eleições, toda a cúpula do Centro de Comando e Controle das Eleições 2012 foi condecorada com a Medalha do Mérito Eleitoral, em solenidade realizada no dia 20 de dezembro. Por motivo de força maior, o chefe do Estado-Maior do Comando Militar Leste, general Geraldo Mioto, recebeu a comenda dois dias antes, na sessão plenária do dia 18 de dezembro. A homenagem contemplou também a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármem Lúcia Antunes Rocha, que não pôde comparecer à cerimônia.

Destino nobre para o lixo

Os fiscais do TRE-RJ apreenderam 33.533 quilos de propaganda irregular apenas na Capital. Antes, as peças seriam descartadas como lixo comum. Desde ju¬lho, porém, um convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ) doou parte das apreensões para a Associação Beneficente dos Amigos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Abaterj). Responsável pelo projeto de reciclagem do TJERJ, a Aba¬terj passou a promover também o descarte sustentável do lixo de campanha. “Como esse material é confeccionado a partir de plástico, papelão, ou papel, nós vendemos para uma empresa de reciclagem e revertemos a receita para nossas ações”, ex¬plica o diretor da Abaterj, José Ricardo do Couto Silva.



O presidente do TRE-RJ, des. Luiz Zveiter, ao lado do diretor-geral da Abaterj, José Ricardo do Couto Silva, e da secretária de Administração, Helga Pittman, entrega a cesta à copeira Arari Miranda

Entretanto, nem tudo pode ser reciclado, pois a tinta utilizada na elaboração de galhardetes e placas é altamente tóxica. Com esse material, porém, é possível fabricar bobinas, papel higiênico, guar¬danapos e até telhas. A verba arrecadada auxilia na manutenção de projetos como “Jovens Mensageiros” e “Começar de Novo”, destinados a jovens em situação de risco social. Também é utilizada na compra de cestas básicas e kits escolares para funcionários terceirizados dos tribunais, além de custear cursos profissionalizantes, voltados para a capacitação dos assistidos pelos projetos sociais do TJERJ.

Reforço na ceia de Natal

Uma das contrapartidas do convênio com a Abaterj foi a doação pelo TRE-RJ de 204 cestas natalinas a servidores terceirizados, com remuneração até R$ 1.265,28. Na solenidade simbólica, realizada no dia 20 de dezembro, o desembargador Luiz Zveiter e o diretor-geral da Abaterj, José Ricardo do Couto Silva entregaram uma das cestas à copeira Arari Almeida de Miranda. Em janeiro, foram doados também kits escolares para crianças na faixa etária entre 6 e 12 anos, filhos dos terceirizados do tribunal.

O TRE-RJ destinou também aos terceirizados as 990 cestas básicas que haviam sido apreendidas pelos fiscais da propaganda durante a campanha eleitoral no município de Silva Jardim. Hoje, 14 categorias de servidores terceirizados trabalham no tribunal, como mensageiros, copeiros, garçons, ascensoristas, carregadores, operadores de copiadora, almoxarife , eletricista, assistente de manutenção e técnico de suporte remoto em Tecnologia da Informação.

Apoio popular

O grande volume de denúncias registrado pelo TRE-RJ em todo o Estado serve de termômetro para medir a temperatura da eleição, mas também o nível da participação popular, como observa a responsável por coordenar as ações de fiscalização na Capital, a tenente da PM Aline Malta. Antes mesmo do período liberado para propaganda nas ruas, a partir de seis de julho, a tenente lembra ter sido surpreendida por uma faixa colocada no bairro de Anchieta, Zona Norte da Capital. “Propaganda política aqui não! Todos nós somos esclarecidos”, dizia o artefato. Malta e o sargento da PM Antonio José Arioza auxiliaram diretamente o coordenador da fiscalização na Capital, juiz Luiz Fernando Pinto.

Experiente, Arioza já atuara como fiscal em 2010 na Capital. Para ele, a quantidade de propaganda irregular em 2012 foi menor que nas eleições anteriores, fato que ele atribui ao crescente rigor na atuação firme dos fiscais nos últimos pleitos. “Fizemos uma operação .



A tenente Aline Malta e o tenente Antonio Arioza

Diplomação na Capital destaca maturidade do eleitor carioca



Primeiro a ser diplomado, o prefeito Eduardo Paes ao lado do vice, Adilson Pires, e outros eleitos, na cerimônia realizada na Câmara Municipal

Abaixo, o juiz Murilo Kieling preside a cerimônia de diplomação dos eleitos



De 13 a 19 de dezembro último, foram diplomados prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em outubro nos 92 municípios fluminenses. Na Capital, a diplomação ocorreu no dia 14, no Plenário da Câmara Municipal, em cerimônia presidida pelo juiz da 205ª Zona Eleitoral, Murilo Kieling. Em pronunciamento, após diplomar o prefeito, o vice, os 51 vereadores eleitos e 18 suplentes, o magistrado destacou que, sob a condução firme do presidente do TRE-RJ, desembargador Luiz Zveiter, as Eleições 2012 foram marcadas por uma disputa igualitária e transparente. “O que afasta qualquer questionamento sobre a legitimidade dos mandatos obtidos nas urnas”, salientou.

“Estamos no parlamento, a Casa da palavra, do debate, do diálogo. Os diplomas hoje entregues sintetizam a vontade do povo, que escolheu os parlamentares que vão reger a política do município no momento mais relevante da cidade”, enfatizou Kieling, numa referência à Copa do Mundo, às Olimpíadas, à visita do Papa ao Brasil e a outros eventos de grande porte que a cidade vai sediar nos próximos quatro anos. Para o juiz, os resultados das urnas demonstraram a maturidade política dos eleitores cariocas, e o pleito de outubro último foi a eleição das profundas transformações provocadas pela Lei da Ficha Limpa. “É sensível a evolução política do Rio, que tem eleito representantes dignos”, concluiu.

Ele teceu ainda elogios à pacificação promovida pela política estadual de segurança e ressaltou as iniciativas do TRE-RJ para garantir a legitimidade dos mandatos conquistados neste ano.

Compuseram a mesa da cerimônia os membros do colegiado do TRE-RJ, juízes Roberto Ayoub e Ana Tereza Basílio, o procurador regional eleitoral, Maurício Ribeiro, a promotora eleitoral Rosana Cipriano Simão, o desembargador federal André Fontes e o procurador geral do município, Fernando Dionísio.